

# “É proibido gastar”

por Getúlio Bittencourt  
de São Paulo

Enquanto a Comissão Econômica da Aliança Democrática trabalha no programa de governo da Nova República, o candidato Tancredo Neves recebe sugestões pragmáticas de alguns dos seus mais íntimos auxiliares. Uma delas propõe que a primeira decisão do presidente Tancredo Neves, no dia 15 de março de 1985, seja esta frase curta: “É proibido gastar”.

A proibição duraria pouco tempo, o suficiente para um esquadramento dos orçamentos das estatais. Isto feito, haveria uma concentração de recursos na realização de obras que atendam basicamente à prioridade de criar novos empregos. Aqui se atenderia ao objetivo elementar do pacto social: a redução do nível crítico de desemprego no País.

Como se faria para reduzir a inflação nesse programa desenvolvimentista, que acopla novos assalaria-

dos à economia e, portanto, pressiona a demanda? A idéia ofertada ao candidato da Aliança Democrática é a que a inflação pode ser contida observando-se quatro requisitos:

1) Os investimentos básicos para essa retomada do crescimento já foram feitos, como no caso de energia, com Itaipu e Tucuruí.

2) As indústrias brasileiras estão com capacidade ociosa, o que significa que retomar o crescimento não implica necessariamente novos investimentos.

3) A presença de uma nova massa de salários na economia pode induzir a pressões sobre mercadorias com baixo estoque, o que implicaria uma atenção redobrada contra a remarcação de preços; um governo que começa pode dispor de credibilidade para conter esse processo.

4) A redução dos gastos públicos, implícita logo na frase “É proibido gastar”, reduziria a necessidade de constante ampliação da dívida pública interna, que

se refletiria numa queda da taxa de juros.

O programa está sendo colocado para Tancredo Neves, o que não significa que ele vai executá-lo. Ontem, o presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Locação de Imóveis, Romeu Chap Chap, respirou aliviado quando o secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles, lhe assegurou que não há nenhum estudo na sua área para modificar o imposto sobre transações com imóveis.

Como Dornelles provavelmente será um dos assessores de seu tio Tancredo Neves, no próximo governo, sua informação tranquilizou o mercado imobiliário. A bolsa de idéias do futuro governo tem produzido até mesmo repercussões externas (leia acima). A bolsa de nomes ministeriais afeta apenas o público interno, e suas últimas cotações são as seguintes:

Fazenda: O mais forte candidato da Frente Libe-

ral é Olavo Setúbal, mas a cúpula do PMDB teme o banqueiro paulista e preferiria ver Hélio Beltrão nesse posto.

Planejamento: Se a Comissão Econômica der certo, fortalece o cacife de seu coordenador, José Serra. Se não der, sobe a cotação dos secretários econômicos de Minas, Rogério Mitraud e Ronaldo Costa Couto.

Indústria e Comércio: Há vários nomes paulistas mencionados, como Severo Gomes, Antônio Ermírio de Moraes ou Abílio Diniz.

Justiça: O ex-governador Aluísio Alves gostaria de ser, mas será provavelmente aproveitado em outro posto. O ministro da Justiça será um grande nome e vai presidir a Comissão da Constituição. Portanto não haverá Ministério Extraordinário para a Constituinte.

Gabinete Civil: Afonso Camargo Neto ou Roberto Gusmão. Francisco Dornelles chegou a ser cogitado, mas ele provavelmente será um assessor credenciado do presidente.

Transportes ou Comunicações: Antônio Carlos Magalhães. Ele também poderia ir para o Interior, mas esse Ministério deve ser dividido em dois, ficando um como Ministério da Habitação.

Militares: O Ministério do Exército está entre os generais Ivan de Souza Mendes e Adhemar da Costa Machado; o da Marinha, entre os almirantes Alfredo Karam e Paulo Bonoso; o da Aeronáutica, entre os brigadeiros Valdir Vasconcellos e Deoclécio Lima de Siqueira.

Cultura: José Aparecido de Oliveira.